WOLFGANG KERSTING E A ESFERA POLÍTICO-JURÍDICA DO ESTADO: UMA APRESENTAÇÃO A PARTIR DOS OPÚSCULOS TARDIOS DE IMMANUEL KANT

Luciano Duarte da Silveira*

RESUMO: O pensamento político-jurídico de Immanuel Kant (1724-1804) representa uma parte de seu sistema de Filosofia Prática. Para a fundamentação de tal esfera se faz necessária a definição da legislação (*Gesetzgebung*) desta. A presente comunicação pretende analisar os principais opúsculos de Kant em Filosofia da História, seus escritos de fundamentação da Moral e de Filosofia do Direito, bem como delinear, a partir dos mesmos e das considerações de Wolfgang Kersting, o desenvolvimento do pensamento kantiano no momento em que este empreende o fundamento de sua Filosofia Política.

PALAVRAS-CHAVE: Moral – Ética – Direito - Filosofia Política.

1. ELEMENTOS PRELIMINARES PARA A COMPREENSÃO DA FILOSOFIA POLÍTICA DE KANT

Wolfgang Kersting afirma em seu artigo¹ que a caracterização da “autolegislação” presente na argumentação kantiana tanto na “Fundamentação da metafísica dos costumes, 1785” (*Grundlegung zur Metaphysik der Sitten*)², como na “Crítica da razão prática, 1788” (*Kritik der praktischen Vernunft*)³, faz com que a filosofia prática de Kant apresente um sólido alicerce teórico em relação à fundamentação para a justificação ética em filosofia prática apresentada pelas diversas escolas filosóficas até então⁴.

Esta pretensão em buscar certa autonomia aparece já em seu opúsculo “Resposta a pergunta: O que é o Esclarecimento?” de 1784 (*Beantwortung der Frage: Was ist*

* Mestrando em Filosofia da Universidade Federal de Pelotas.

¹ Usaremos como texto-chave, o artigo de Wolfgang Kersting intitulado “Política, liberdade e ordem: A filosofia política de Kant”. In GUYER, P. (Org.). *Kant*. São Paulo: Idéias e idéias, 2009, p. 409-437, (Coleção Companions & Companions).

² Doravante citada apenas por *Grundlegung*. (Philipp Reclam, 2000). Todas as traduções cotejadas estão elencadas na bibliografia ao final deste artigo.

³ Doravante *KpV*. (Martins Fontes, 2003).

⁴ Cf. Kersting – As fundações e os primeiros princípios eram buscados em idéias objetivas, numa constituição normativa do cosmos, na vontade de Deus, na natureza humana ou na prudência a serviço do autointeresse” (KERSTING, 2009, p. 410).

Aufklärung?)⁵, note-se, antes mesmo de trazer a lume sua *Grundlegung*. Kant neste escrito condena a “menoridade intelectual”, culpa do próprio homem em necessitar de outro pra lhe guiar o entendimento. Para Kant, portanto, o “Esclarecimento” nada mais é que ser autônomo no que diz respeito ao uso de seu próprio entendimento⁶. Este fato nos diz muito acerca da representatividade da obra filosófica kantiana como um pensamento crítico de sua própria época.

Kant obviamente não está preocupado apenas com a questão individual, não é indiferente aos problemas do âmbito político e a necessidade de uma legislação específica que lhe fundamente e justifique. Concomitantemente ao desenvolvimento argumentativo ético, ele parece desenvolver também uma preparação para aquilo que culminará na esfera político-jurídica no âmbito de uma legalidade. O grande momento, segundo nos aponta Kersting, se dá com a obra “Metafísica dos costumes, 1797” (*Metaphysik der Sitten*) que se subdivide em duas partes; a saber: “Princípios fundamentais da doutrina do Direito” (*Metaphysische Anfangsgründe der Rechtslehre*)⁷, e “Princípios fundamentais da doutrina da virtude” (*Metaphysische Anfangsgründe der Tugendlehre*)⁸.

A *Metaphysik der Sitten*, consta como imprescindível para que se compreenda o âmbito político e conseqüentemente também o jurídico. A retomada dos elementos constitutivos da primeira parte da obra, a saber, a *Rechtslehre* torna-se imprescindível, pois são considerados como *essenciais* para a própria compreensão da filosofia política de Kant⁹. Porém, tal reconstrução desta filosofia política não pode evadir-se da apreciação e análise de alguns pontos importantes expostos em seus opúsculos, que certamente tornarão esta

⁵ Doravante citada por *BFWA*. (Karsten Worm Electronic Edition, 1998).

⁶ Cf. Kant: “A menoridade é a incapacidade de se servir do entendimento sem a orientação de outrem. Tal menoridade é por culpa própria se a sua causa não reside na falta de entendimento, mas na falta de decisão e de coragem em se servir de si mesmo sem a orientação de outrem. *Sapere Aude!* Tem a coragem de te servires do teu próprio entendimento! Eis a palavra de ordem do iluminismo” (“*Unmündigkeit ist das Unvermögen, sich seines Verstandes ohne Leitung eines anderen zu bedienen. Selbstverschuldet ist diese Unmündigkeit, wenn die Ursache derselben nicht am Mangel des Verstandes, sondern der Entschliebung und des Muthes liegt, sich seiner ohne Leitung eines andern zu bedienen. Sapere aude! Habe Muth dich deines eigenen Verstandes zu bedienen! ist also der Wahlspruch der Aufklärung*”). KANT, *BFWA*, 1998, vol. 8, p. 35).

⁷ Doravante citada por *Rechtslehre*. (Wilhelm Weischedel, 1998).

⁸ Doravante citada por *Tugendlehre*. (Wilhelm Weischedel, 1998).

⁹ Cf. Kersting. A apresentação da filosofia política de Kant requer uma tarefa de reconstrução, requer que os argumentos e doutrinas de sua filosofia do direito que são essenciais para a filosofia política sejam colocados no seu nexos fundacional interno. (Cf. KERSTING, 2009, p. 411).

exposição bem mais concisa. Procuraremos trazer a pauta tais elementos sempre que se fizerem necessários no decorrer da argumentação.

2. DA ESPECIFICIDADE DO DIREITO E SEUS ELEMENTOS FUNDAMENTAIS PARA UMA DISTINÇÃO ENTRE ÂMBITO ÉTICO E ÂMBITO JURÍDICO.

Uma primeira e significativa característica da filosofia do Direito em Kant apontada por Kersting em seu artigo, diz respeito à questão da *universalização*. Esta caracterização faz com que os ditos princípios que fundamentam o Direito assemelhem-se muito a construção formal do imperativo categórico presente na estrutura da fundamentação ética¹⁰. No entanto, é necessário que se esclareça o que Kersting pretende com esta colocação, para que não se encontre problemas que dificultem a compreensão daquilo que se pretende afirmar aqui. O enfoque empreendido buscará na argumentação do próprio Kant a elucidação destas especificidades. Para isso retomaremos a “Introdução à doutrina do Direito” (*Einleitung in der Rechtslehre*), à qual se fará cotejar com alguns elementos importantes presentes na *Grundlegung*.

Em relação à questão da universalização, encontramos no parágrafo “C” da introdução a doutrina do Direito aquela afirmação que nos oferece uma aproximação com o pensamento de Kersting, pois, o chamado “Princípio universal do Direito” (*allgemeines Prinzip des Rechtes*) diz respeito à possibilidade de coexistência entre arbítrios (*Willkür*) sob uma lei universal (*allgemeinen Gesetze*). A própria noção de uma ação (*Handlung*) justa (*Recht*) consiste nesta possibilidade de coexistência das máximas dos arbítrios sob uma *lei universal*, este seria o critério para que se pudesse verificar tal de tal inferência¹¹. Na *Grundlegung*, o princípio também deve ser universal, pois temos de fazer com que a máxima (*Máxime*) de nossa ação, que consiste num primeiro momento, meramente como um princípio subjetivo de nosso querer, ou seja, como um móbil (*Triebfeder*), transforme-se em um princípio objetivo

¹⁰ Cf. Kersting. Na medida em que se consideram sua estrutura e valor potencial como critérios, o princípio do Direito não pode ser distinguido do imperativo categórico: assim como este último, o primeiro deve conter um argumento de universalização (Cf. KERSTING, 2009, p. 412).

¹¹ Cf. Kant: “É justa toda ação segundo a qual ou segundo cuja máxima a liberdade do arbítrio de cada um pode coexistir com a liberdade de qualquer um segundo uma lei universal, etc...”. (*Eine Jede Handlung, ist recht, die oder nach derem Maxime die Freiheit der Willkür eines jeden mit jedermanns Freiheit nach einem allgemeinen Gesetze zusammen bestehen kann, etc....*). (KANT, *Rechtslehre*, 1998, A 33, p. 337).

de nosso querer, portanto como um motivo (*Bewegungsgrund*). Este último, sendo objetivo, consiste necessariamente em princípio universal, sendo que a construção do imperativo categórico¹² é aquilo que consiste no critério de avaliação para as ações de um ponto de vista ético. É necessário, no entanto, que não se confundam os diferentes âmbitos dos quais Kant está a tratar, como se a legislação da razão prática pudesse ser entendida da mesma forma em *esferas distintas de fundamentação*.

Retornando a *Einleitung in der Rechtslehre* pode-se verificar que o Direito, para Kant, consiste num conjunto de *leis* (*Gesetze*), e a este conjunto deve ser possível uma legislação externa (*äußere Gesetzgebung*)¹³. Este consiste no ponto fulcral em relação ao âmbito do jurídico em Kant. Isto porque, o Direito respeita neste ínterim, aquela relação externa e prática (*nur das äußere zwar praktische*) onde o uso da liberdade de um indivíduo pode influenciar e ser influenciado pelo uso da liberdade de outro indivíduo¹⁴. Kant entende que nesta esfera onde não há um só homem a empreender uma ação, aquele indivíduo que não respeitar o direito de liberdade de outro indivíduo, poderá mesmo ser coagido a fazê-lo¹⁵, pois deve ser possível que haja uma coexistência entre arbítrios, onde o uso da liberdade de cada um seja regulado tão só por uma lei universal da liberdade externa. Allen Wood nos dirá que esta possibilidade de coação é um dos pontos fulcrais para a inegável distinção entre Ética e Direito, e mesmo a especificidade dos deveres¹⁶.

Na *Grundlegung*, a concordância não depende de uma lei no sentido de uma exterioridade, mas sim necessariamente na ordem de um “respeito” (*Achtung*)¹⁷, e este respeito está relacionado àquilo que o homem é capaz de representar a si próprio, a saber, a

¹² Cf. Kant: “O imperativo categórico é, portanto, só um único, que é este: *Age apenas segundo uma máxima tal que possas ao mesmo tempo querer que ela se torne lei universal.*” (*Der kategorische Imperativ ist also nur ein einziger und zwar dieser: handle nur nach derjenigen Maxime, durch die du zugleich wollen kannst, daß sie ein allgemeines Gesetz werde*). (KANT, *Grundlegung*. 2000, 421, p. 68).

¹³ KANT. *Rechtslehre*. 1998; AB 31, p. 336.

¹⁴ KANT. *Rechtslehre*. 1998; A 33, p. 337.

¹⁵ KANT. *Rechtslehre*. 1998; AB 36, §E, p. 339.

¹⁶ Cf. Wood. A diferença crucial entre Ética e Direito é que os deveres jurídicos podem ser impostos à força, ao passo que os deveres éticos não podem. Os deveres da Ética, concernentes ao autogoverno dos seres racionais, não só requerem ações, como também têm a ver com os fins que as pessoas colocam como incentivos a partir dos quais elas agem. As pessoas devem respeitá-los porque nossa razão coage nosso eu a concordar com ele. Nenhuma autoridade pode corretamente nos forçar a concordar com eles (Cf. WOOD, 2008, p. 174).

¹⁷ KANT. *Grundlegung*, 2000; 400, p. 38.

própria lei¹⁸. Surge daí o conceito da autonomia, ou autolegislação, no momento em que o homem deve agir em consonância apenas com sua própria razão pura prática de um ponto de vista interno.

Após esta rápida análise é possível distinguir, ainda que grosso modo, a especificidade tanto da esfera Ética como da esfera jurídica. A Ética diz respeito a uma adesão interna a uma lei que o homem é capaz de representar para si próprio, consiste na esfera de uma legislação interna do sujeito, que somente em sua razão pura prática deve se fundar. Kersting reitera isto dizendo que, os elementos internos envolvidos no processo de deliberação do agente moral como a intencionalidade, por exemplo, não estão sob a ordenação normativa do Direito¹⁹. No entanto, a esfera jurídica em sua excelência, deve ser conforme a legislação do Direito, a saber, uma legislação externa. Isto em decorrência de que neste âmbito, tal legislação estará fundamentada na necessária possibilidade da coexistência entre arbítrios numa esfera política. Kersting também nos atenta para esta especificidade do aspecto *externo da liberdade de ação*, que é formal, pois também se desvincula das particularidades dos indivíduos. É a esfera da ação, não da intenção²⁰. Em última análise, a posição de Wolfgang Kersting, no momento em que afirma que a universalização consiste em elemento presente tanto na esfera Ética, quanto na esfera jurídica do Direito está correta; dada a devida ênfase de suas especificidades, a Ética é uma universalização da lei interna, e o Direito a universalização de uma lei externa.

Kersting é ciente de que no decorrer da história da filosofia, críticas acirradas tentaram desconstruir ou mesmo anular em certo sentido a fundamentação da moral kantiana. Como a crítica de *Georg Wilhelm Friedrich Hegel (1770-1831)* que foi arquiteto do mais complexo e denso sistema filosófico pós-kantiano. À Hegel coube, por excelência, a difícil tarefa de operar uma pretensa unificação da filosofia dualista de Kant. Neste sentido, o trabalho fundamental de Hegel consiste na obra “A fenomenologia do espírito de 1807” (*Die Phaenomenologie des Geistes*)²¹. Mesmo que aparentemente paradoxal, já que é o próprio

¹⁸ *Idem*; 412, p. 56.

¹⁹ Cf. Kersting. Intenções e convicções internas são excluídas da esfera da justiça assim como interesses e necessidades. (...) O mundo interno dos pensamentos, intenções, convicções e disposições não está sob autoridade das normas racionais do Direito. (Cf. KERSTING, 2009, p. 413).

²⁰ Cf. Kersting. A lei do Direito racional de Kant é uma lei formal universal da liberdade de ação. Indiferente a todos os elementos de conteúdo nas ações humanas, concentra-se unicamente na questão da compatibilidade formal da liberdade externa de uma pessoa com a de outras, e, com isso, limita a ação individual dentro das fronteiras da sua possível universalização (Cf. KERSTING, 2009; p. 414).

²¹ PINKARD, T. “Hegel’s Phenomenology and Logic: an overview“. In AMERIKS, 2005, p. 163.

Hegel quem afirma que a filosofia consiste no estudo da idéia²², ele critica Kant em dois momentos distintos, a saber, na obra “Enciclopédia das ciências filosóficas em epítome de 1817” (*Encyclopädie der philosophischen Wissenschaften im Grundrisse*)²³ e posteriormente na obra “Princípios da filosofia do direito de 1821” (*Philosophie des Rechts*)²⁴. Nestas específicas passagens podemos vislumbrar, ainda que de forma superficial, os pontos centrais da crítica hegeliana. Na primeira obra mencionada entra em pauta a questão do formalismo, e na segunda, a questão do suposto solipsismo em que consistiria a moral kantiana, segundo Hegel, centrada na idéia acentuada de uma “*Moralität*” (moralidade subjetiva) em detrimento da “*Sittlichkeit*” (moralidade objetiva, ou, *eticidade*).

Kersting mesmo é de opinião bastante distinta no que se refere a crítica hegeliana que acusa a moral kantiana como sendo vazia de conteúdo, o que a caracterizaria como uma Ética formalista e em certo sentido, uma ética solipsista. Kersting argumenta no sentido de afirmar que a crítica feita a Kant tenta transformar sua argumentação em um silogismo prático do qual deveriam ser inferidas conclusões dedutivelmente substanciais. E quanto a isto o próprio Kersting diz que nem a fundamentação moral, nem a fundamentação jurídica de Kant podem ser confundidas com um manual de aplicação de princípios à prática²⁵.

Retomando-se o que anteriormente no texto havia sido mencionado como *esferas distintas de fundamentação*, e, a partir desta última observação de Wolfgang Kersting, pretende-se defender aqui que, não só a *Grundlegung* ou mesmo *Kritik der praktischen Vernunft* trabalham no sentido de uma fundamentação, mas que a *Metaphysik der Sitten*

²² Grosso modo, a noção de idéia em Hegel é mais específica e complexa. A abordagem de Hegel parece nos trazer, ainda que estejamos falando de idéia, a noção de um processo dialético. Isto porque esta idéia pode ser considerada “em si” (*an sich*), “fora de si”, ou para além de si (*ausser sich*) e “por si” (*an-und-fuer-sich*). A complexidade do sistema hegeliano a partir daí, consta como sendo o caráter fascinante que levou certa forma, os universitários de seu tempo ao estudo de seu chamado “panlogismo”.

²³ Cf. Hegel. “Um ponto de vista fundamental da filosofia crítica é que, antes de se proceder a conhecer Deus, a essência das coisas, etc., importa primeiro investigar a faculdade de conhecer e ver se ela é capaz de realizar tal tarefa; deve aprender-se a conhecer o instrumento antes de se empreender o trabalho que, mediante o mesmo, se deve levar a cabo; se o instrumento fosse insuficiente, todo o esforço se despenderia em vão. Este pensamento pareceu tão plausível que suscitou a maior admiração e consenso e retrotraiu o conhecer, do seu interesse pelos objetos e da ocupação com eles, para si mesmo, para o formal.” (HEGEL, 1988, §10, p. 79).

²⁴ Cf. Hegel. “A linguagem kantiana prefere utilizar a palavra *moralität* o que explica por que os princípios práticos desta filosofia limitam-se completamente àquele conceito e tornam até impossível o ponto de vista da moralidade objetiva (*Sittlichkeit*) que anulam e procuram fazer desaparecer” (HEGEL, 1976, § 30, p. 50).

²⁵ Cf. Kersting. Mas é tão menos possível extrair um livro estatutário do princípio universal do Direito, quanto não é possível derivar um cânon de deveres do imperativo categórico (KERSTING, 2009, p. 414).

também, distintas apenas no sentido da legislação específica que orienta cada uma delas. No caso das duas primeiras obras citadas, consiste em uma fundamentação interna da Moral, esfera da Ética. Já no plano da *Metaphysik der Sitten*, pontualmente na *Rechtslehre*, abordando a liberdade das ações entre arbítrios, trata-se também de uma fundamentação, porém, de um ponto de vista externo da Moral. Esta é a seara da legalidade jurídica do Direito. Com tal distinção torna-se possível afirmar que há uma nítida separação entre Ética e Direito, mas ambos dizem respeito à Moral.

3. PRELÚDIO À ESFERA POLÍTICO-JURÍDICA: DA PASSAGEM DA AUTONOMIA DO SUJEITO PARA A AUTONOMIA POLÍTICA

Como foi possível depreender da seção anterior, a esfera jurídica (do Direito) que fundamenta o plano da filosofia política de Kant, mesmo sendo orientada por uma legislação externa, não se identifica com um conceito empírico de Direito²⁶. Isto leva à dedução de que Kant ainda pretende assentar a legitimidade da esfera política, sobre a capacidade racional humana.

Retomando a sistemática obra de Kant, na *Grundlegung*, já havia mencionado o autor que o homem, embora sofrendo afecções advindas da sensibilidade, tem como capacidade intrínseca não deixar necessariamente por estas determinar-se, utilizando-se, para tanto, da racionalidade que também é constitutiva de sua natureza²⁷. Este aparente paradoxo volitivo humano figura como um problema sério no momento em que tentamos pensar a possibilidade da coexistência de arbítrios em uma dada sociedade. Seria inclusive lícito dizer que Kant parecia já ter percebido esta dificuldade em sua obra anterior, a “Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita, 1784” (*Idee zu einer allgemeinen Geschichte in weltbürgerlichen Absicht*)²⁸. Na quarta proposição desta obra Kant introduz o curioso termo “sociabilidade insociável” (*ungesellige Geselligkeit*), que consiste em dado antagonismo (*Antagonism*), certa instância paradoxal onde ao mesmo tempo em que os homens tendem a unir-se numa dada sociedade, há também como que uma “oposição geral” (*durchgängigen*

²⁶ Cf. Kersting. Somente as propriedades da razão em si mesma estão disponíveis para tornar determinado conceito não-empírico de Direito: legalidade, universalidade, formalidade e necessidade (Cf. KERSTING, 2009, p. 412).

²⁷ KANT. *Grundlegung*. 2000, 389, p. 22.

²⁸ Doravante citada por *Idee*; (Karsten Worm Electronic Edition, 1998).

Widerstande)²⁹ em relação a tal movimento³⁰. E ainda completa Kant, “*Esta disposição reside manifestadamente na natureza humana*”³¹.

Poder-se-ia dizer que tal *disposição natural* culminaria no cerne de uma impossibilidade da coexistência entre arbítrios sob uma lei universal. Porém, cabe ressaltar, o âmbito da política em Kant, fundada em um Direito racionalmente justificado, não visa uma sociedade nestes moldes (*ou seja, não de um ponto de vista empírico*). Aliás, a política em Kant está diretamente ligada a idéia de um contrato, e a lei universal que legitima e regula esta esfera da legalidade surge tão somente dele.

O apelo à razão feito por Kant em sua “Antropologia de um ponto de vista pragmático”, de 1798 (*Anthropologie in pragmatischer Hinsicht*)³², demonstra certa preocupação do autor com a busca do desenvolvimento das capacidades que são inerentes ao ser humano, mesmo em sua natureza dual, como ele esclarece no parágrafo 89, a saber, seres sensíveis dotados de capacidade racional³³. Exatamente pelo aspecto racional, dirá Kant, é que

²⁹ Para o termo *durchgängigen*, adotar-se-á aqui, a tradução de Ricardo Terra por “geral” (Martins Fontes, 2004, p.8), e não “universal” como aparece na tradução de Artur Mourão (Edições 70, 1995, p.25). Como embasamento teórico, recorreremos ao alerta de Kant na *Kritik der reinen Vernunft* (KrV): “Portanto, se um juízo é pensado com rigorosa universalidade, quer dizer, de tal modo que, nenhuma exceção se admite como possível, não é derivado da experiência, mas é absolutamente válido a priori. A universalidade empírica é, assim, uma extensão arbitrária da validade” (*Wird also ein Urtheil in strenger Allgemeinheit gedacht, d.i. so, daß gar keine Ausnahme als möglich verstattet wird, so ist es nicht von der Erfahrung abgeleitet, sondern schlechterdings a priori gültig. Die empirische Allgemeinheit ist also nur eine willkürliche Steigerung der Gültigkeit von der, welche in den meisten Fällen, zu der, die in allen gilt*). (KANT, KrV, Calouste Gulbenkian, 2001, B4, p. 38). Em decorrência da argumentação empreendida na *Idee*, referir-se a uma “inclinação” empírica, torna-se óbvia a escolha por “geral” e não “universal” nesta passagem.

³⁰ Cf. Kant: “Entendo aqui por antagonismo a *sociabilidade insociável* dos homens, isto é, a sua tendência para entrarem em sociedade, tendência que, no entanto, está unida a uma resistência universal que ameaça dissolver constantemente a sociedade” (*Ich verstehe hier unter dem Antagonism die ungesellige Geselligkeit der Menschen, d.i. den Hang derselben in Gesellschaft zu treten, der doch mit einem durchgängigen Widerstande, welcher diese Gesellschaft beständig zu trennen droht, verbunden ist*). (KANT, *Idee*, 1998, vol. 8, p.20).

³¹ “*Hiezu liegt die Anlage offenbar in der menschlichen Natur*”. (KANT, *Idee*, 1998, 8, 20).

³² Doravante citado por *Anthropologie*. (Kants Hauptwerk Karsten Worm Electronic Edition, 1998).

³³ Cf. Kant: “O primeiro é o signo distintivo do homem como ser sensível ou natural (caráter físico); o segundo o distingue como um ente racional, dotado de liberdade (caráter moral)” (*Das erste ist das Unterscheidungszeichen des Menschen als eines sinnlichen oder Naturwesens; das zweite desselben als eines vernünftigen, mit Freiheit begabten Wesens*). (KANT, *Antropologia*, 1998, §89, vol. 7, p. 285).

o homem deve orientar a busca do desenvolvimento de suas capacidades morais³⁴, suplantando sua propensão para a mera busca de uma satisfação na felicidade³⁵. É importante o esclarecimento de que não se pretende aqui afirmar que a felicidade encontra-se excluída da filosofia prática de Kant. Na Crítica da faculdade do juízo, de 1790 (*Kritik der Urteilskraft*)³⁶, na introdução do parágrafo 83, o autor menciona a vinculação caracteristicamente empírica do conceito geral de felicidade³⁷. Portanto, a felicidade não está excluída da filosofia prática de Kant, senão apenas da “fundamentação” moral, por sua característica completamente vinculada a sensibilidade.

Um problema ainda permanece. Como agora justificar a necessária passagem desta autonomia, que até agora estava vinculada somente ao indivíduo em sua racionalidade prática pura de um ponto de vista interno, para o uso de sua liberdade de um ponto de vista externo? Como se justifica tal necessidade?

4. A ESFERA POLÍTICO-JURÍDICA: RACIONALIDADE E FILOSOFIA PRÁTICA NO PLANO DA POLÍTICA

³⁴ Cf. Ferraz: “Em suma, o homem é essencialmente livre e deve realizar esta sua liberdade gradativamente até seu derradeiro fim. Na economia geral do pensamento kantiano é precisamente este o aspecto do homem que importa” (FERRAZ, 2005, p. 23).

³⁵ Cf. Kant: “O homem está destinado, por sua razão, a estar em uma sociedade com homens e nela, por meio das artes e das ciências, cultivar-se, civilizar-se e a moralizar-se, por grande que possa ser sua propensão animal a abandonar-se passivamente aos incentivos da comodidade e da boa vida que ele chama felicidade e em realizar-se ativamente na luta com os obstáculos que se depare o rude de sua natureza, digno de sua humanidade”. (*Der Mensch ist durch seine Vernunft bestimmt, in einer Gesellschaft mit Menschen zu sein und in ihr sich durch Kunst und Wissenschaften zu cultiviren, zu civilisiren und zu moralisiren, wie groß auch sein thierischer Hang sein mag, sich den Anreizen der Gemächlichkeit und des Wohllebens, die er Glückseligkeit nennt, passiv zu überlassen, sondern vielmehr thätig, im Kampf mit den Hindernissen, die ihm von der Rohigkeit seiner Natur anhängen, sich der Menschheit würdig zu machen.*). (KANT. *Anthropologie*. 1998, vol.7, p. 324-325).

³⁶ Doravante citada por *KU*. (Karsten Worm Electronic Edition, 1998).

³⁷ Cf. Kant: “O conceito de felicidade não é tal que o homem possa abstraí-lo dos seus instintos e desse modo o retire da sua animalidade nele mesmo; pelo contrário é a mera idéia de um estado, à qual ele quer adequar este último sob condições simplesmente empíricas (o que é impossível)” (*Der Begriff der Glückseligkeit ist nicht ein solcher, den der Mensch etwa von seinen Instincten abstrahirt und so aus der Thierheit in ihm selbst hernimmt; sondern ist eine bloße Idee eines Zustandes, welcher er den letzteren unter bloß empirischen Bedingungen (welches unmöglich ist) adäquat machen will*). (KANT. *KU*, 1998, §83, vol.5, p. 430).

Kersting aponta as variantes do contratualismo moderno como que transformando a própria maneira de legitimar a política de um ponto de vista filosófico. O que antes era justificado pela teologia ou pela teleologia, agora se fundamenta tão somente na “vontade soberana do indivíduo”³⁸. Dois conceitos importantes entrarão na argumentação de Kersting, dirigindo-se aos contratualistas modernos de forma geral, o de “consenso” e “auto-obrigação”, e estes justificariam o âmbito do contrato. Em Kant, porém, o contrato parece assumir outro sentido mais primordial, é importante que se retome certa noção de contrato que parece ser, em certa medida, o ponto focal da crítica kantiana à fundamentação do estado na modernidade.

Kant como um questionador dos modelos de fundamentação moral e política, anteriores ao seu, parece dirigir sua crítica a um modelo bastante vinculado as paixões humanas e a formação do estado para conservação destas, qual seja, o modelo hobbesiano. A filosofia moral de Thomas Hobbes (1588–1679) contrapõe-se por motivos óbvios ao pensamento de Kant, que já contava certo distanciamento histórico daquele. Em Hobbes, o ser humano é cumulado por *paixões*, e a única maneira deste homem escapar da própria fortuna seria nortear-se através das próprias paixões e da razão³⁹, sendo que as paixões relacionam-se aqui unicamente com o *medo da morte iminente*, guiando-se, assim, as ações, unicamente por tal medo, somente como meio para um *bem estar*, ou seja, a *autoconservação (indivíduo auto-interessado)*. A razão, por conseguinte, forneceria a possibilidade de um acordo entre tais indivíduos, visando um Estado mais pacífico, o que nitidamente nos remete à noção de instrumentalização tanto da própria razão, quanto das ações enquanto busca deste Estado que garanta única e exclusivamente a preservação da vida particular de cada um dos membros de tal comunidade⁴⁰. O homem na concepção hobbesiana conduz suas ações também pela

³⁸ KERSTING, 2009, p. 424.

³⁹ Cf. Hobbes: “É, pois esta a miserável condição em que o homem realmente se encontra, por obra da simples natureza. Embora com uma possibilidade de escapar a ela, que reside nas paixões, e em parte em sua razão. (...) As paixões que fazem os homens tender para a paz são o medo da morte, o desejo daquelas coisas que são necessárias para uma vida confortável, e a esperança de consegui-las através do trabalho”. (HOBBS, 1997, p. 110-111).

⁴⁰ Cf. Hobbes: “O fim último, causa final e desígnio dos homens (que amam naturalmente a liberdade e o domínio sobre os outros), ao introduzir aquela restrição sobre si mesmos sob a qual os vemos viver nos estados, é o cuidado com sua própria conservação e com sua vida mais satisfeita. Quer dizer, o desejo de sair daquela mísera condição de guerra que é a consequência necessária (conforme se mostrou) das paixões naturais dos homens, quando não há um poder visível capaz de os manter em respeito, forçando-os por medo do castigo, ao cumprimento de seus pactos e ao respeito àquelas leis de natureza”. (HOBBS, 1997, p. 141).

vontade, porém, esta é claramente *auto-interessada*, tornando-a notoriamente *instrumental*⁴¹. Hobbes incorre dessa forma, necessariamente, em um *egoísmo ético*, o que não deixa de refletir problemas sérios em sua filosofia política. Kant não só contrapor-se-á a este tipo de pensamento limitado do homem de um ponto de vista ético, como também no plano político o contrato não será meramente como um instrumento, mas condição “sine qua non” para o alcance do “sumo bem político”, a saber, a “Paz perpétua”.

Em Kant, o contrato figura como uma necessidade prática política, aquilo que o autor chama de um “*contractus originarius*”. Embora Kersting ressalte a passagem da *Rechtslehre* onde Kant menciona claramente que este “*contractus originarius*” consiste num momento em que “todos no povo renunciam a sua liberdade exterior” recuperando-a posteriormente já como inseridos em uma comunidade, ou, “povo considerado como Estado⁴²; em seu opúsculo intitulado “Sobre a expressão corrente: isto pode ser correto na teoria, mas nada vale na prática, 1793 (*Über den Gemeinspruch: das mag in der Theorie richtig sein, taugt aber nicht für die Praxis*)⁴³ o autor parece já nortear seu pensamento político por este viés necessário e não meramente instrumental como exposto na filosofia política de Thomas Hobbes.

Na argumentação kantiana, na obra *Theorie und Praxis*, o contrato consiste em uma união considerada “*fim em si mesmo*”, portanto, como um dever “incondicionado” e “primordial”⁴⁴. Contra aquela constatação histórica de que a implementação do Estado dava-

⁴¹ Cf. Hobbes: “É por si só manifesto que as ações dos homens procedem de sua vontade, e essa vontade procede da esperança e do medo, de tal modo que, quando vêem que a violação das leis provavelmente lhes acarretará um bem maior, ou um mal menor, do que traria a sua observância, eles facilmente as violam” (HOBBS, 2002, p. 91).

⁴² Cf. Kant: “... segundo a qual todos (*omnes et singuli*) no povo renunciam a sua liberdade exterior, para recuperá-la em seguida como membros de uma comunidade, quer dizer, como membros do povo considerado como Estado (*universi*)” (...nach welchem alle (*omnes et singuli*) im Volk ihre äußere Freiheit aufgeben, um sie als Glieder eines gemeinen Wesens, d.i. des Volks als Staat betrachtet (*universi*)). (KANT. *Rechtslehre*. 1998, A 169, §47, p. 434).

⁴³ Doravante citada como *Theorie und Praxis*. (Karsten Worm Electronic Edition, 1998).

⁴⁴ Cf. Kant: “... mas a união dos mesmos homens que em si mesmos é um fim (que cada qual deve ter), por conseguinte, a união em toda a relação exterior dos homens em geral, que não podem deixar de se enredar em influência recíproca, é um dever incondicionado e primordial: uma tal união só pode encontrar-se numa sociedade enquanto ela radica num Estado civil, isto é, constitui uma comunidade (*gemein Wesen*)” (...aber Verbindung derselben, die an sich selbst Zweck ist (den ein jeder haben soll), mithin die in einem jeden äußeren Verhältnisse der Menschen überhaupt, welche nicht umhin können in wechselseitigen Einfluß auf einander zu gerathen, unbedingte und erste Pflicht ist: eine solche ist nur in einer Gesellschaft, so fern sie sich im

se geralmente por meios escusos, ligados a aplicação desmedida de “força e injustiça”, bem como por “usurpação e submissão”⁴⁵, vê-se surgir aqui um Estado que dada sua origem, num tal contrato, figura como única organização política que “concordaria com o conceito racional de Direito”. Ressalta-se, portanto, a preocupação de Kant em relação a justiça e sua forma neste contrato originário, não de um ponto de vista material, mas que consiste na própria possibilidade de se pensar a justiça do ponto de vista de uma universalidade, legitimando-a pela sua origem⁴⁶. A idéia de um legislador, neste ínterim, também se apresenta de forma diversa que nas propostas anteriores a Kant. O legislador não é um soberano absoluto (que facilmente transformar-se-ia num déspota), mas tem a função primordial de representar o sujeito do contrato⁴⁷. Na obra “À paz perpétua: um projeto filosófico”, 1795 (*Zum ewigen Friedem: ein Philosophischer Entwurf*)⁴⁸ em nota de rodapé, Kant esclarece o motivo pelo qual este legislador não deve ser entendido como o soberano que tem posse sobre a terra, em decorrência de o Estado não poder ser entendido como algo material (*patrimonium*) sobre o qual se adquira posse alguma⁴⁹.

Devido à proposta aqui apresentada, deve-se, ainda que de forma provisória, encerrar este escrito apontando para aquilo em que notadamente parece culminar o escopo final e objetivo, de toda a construção político-jurídica de Immanuel Kant, e este consiste na idéia de uma “Paz perpétua”.

Como Kersting aponta muito bem, Hobbes, Locke e Rousseau pareciam estar muito satisfeitos com o Estado apresentando-se como uma instância limite para o desenvolvimento

bürgerlichen Zustände befindet, d.i. ein gemeinsames Wesen ausmacht, anzutreffen). (KANT. *Theorie und Praxis*. 1998, Vol.8, p. 289).

⁴⁵ KERSTING, 2009, p. 425.

⁴⁶ Cf. KERSTING. Para Kant (e aqui ele segue Rousseau), não é o acordo das leis de uma comunidade política (*commonwealth*) com as normas materiais de justiça que as qualifica como corretas, mas a maneira como se origina.

⁴⁷ KERSTING, 2009, p. 426.

⁴⁸ Doravante citada por ZeF, eventualmente *Zum ewigen Friedem*. (Karsten Worm Electronic Edition, 1998).

⁴⁹ Cf. Kant: “Um reino hereditário não é um Estado que possa ser herdado por outro Estado; é um Estado cujo direito a governar pode dar-se em herança a uma outra pessoa física. O estado adquire, pois, um governante, não é o governante como tal (isto é, que já possui outro reino) que adquire o Estado” (*Ein Erbreich ist nicht ein Staat, der von einem andern Staate, sondern dessen Recht zu regieren an eine andere physische Person vererbt werden kann. Der Staat erwirbt alsdann einen Regenten, nicht dieser als ein solcher (d.i. der schon ein anderes Reich besitzt) den Staat*). (KANT. *ZeF*. 1998, vol.8, p. 344).

do indivíduo no âmbito político, enquanto na busca por superar sua condição natural⁵⁰. Em Kant o Estado, e a fundamentação específica que lhe sustenta, isto é, o Direito, arroga-se a um plano infinitamente mais ousado. A legislação que organiza os indivíduos internamente deve valer para que os Estados também se organizem de forma pacífica entre si⁵¹. A chamada “constituição republicana” para Kant tem origem na fonte pura do conceito de Direito, que consiste exatamente no *locus* onde devem poder coexistir os “arbítrios”, tendo a legalidade do âmbito político, mediante o próprio Direito, por critério regulativo; e neste a forma representativa do “Estado republicano” é a que melhor coaduna-se com a idéia deste Direito⁵², a única capaz de fomentar a própria idéia de paz entre os Estados. Note-se aqui que, também a noção de paz em Kant não se pretende instrumental, como uma tentativa de suavizar as discórdias entre Estados, como em Hobbes, mas uma “Paz perpétua”, perene, o que segundo Allen W. Wood consiste numa contribuição bastante visionária⁵³.

Kant ao mesmo tempo em que afirma que tal “Paz perpétua” é um ideal “inexequível”, parece alerta-nos para a força prática dos princípios da esfera política (tarefa fundada no dever) que fomentam a constante aproximação para com este ideal, e finalmente a tornam, em certa medida, realizável⁵⁴. Esta é a instância necessária para que se possa alcançar, a saber, como já mencionado anteriormente, o “Soberano bem político”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em decorrência da pretensão introdutória, buscando por uma breve panorâmica dos opúsculos de Kant enquanto extremamente vinculados a sua argumentação acerca da esfera político-jurídica, no sentido de definir a legislação específica que orienta tal esfera, este escrito será insuficiente para que se possa dar conta de todos os elementos importantes a

⁵⁰ KERSTING, 2009, p. 434.

⁵¹ Cf. Kersting. Se as implicações normativas do Direito pertencente a cada ser humano como tal são completamente desenvolvidas, então no fim esse direito é revelado como um direito à paz e à justiça tanto dentro dos Estados como entre eles (KERSTING, 2009, p. 435).

⁵² Cf. Kant: “Ao modo de governo que deve ser conforme a idéia de Direito pertence o sistema representativo, o único em que é possível um modo de governo republicano e sem o qual todo o governo é despótico e violento <seja qual for a sua constituição>” (*Zu jener aber, wenn sie dem Rechtsbegriffe gemäß sein soll, gehört das repräsentative System, in welchem allein eine republikanische Regierungsart möglich, ohne welches sie (die Verfassung mag sein, welche sie wolle) despotisch und gewalthätig ist*). (KANT. *ZeF*. 1998, vol.8, p. 353).

⁵³ WOOD, 2008, p. 210.

⁵⁴ KANT. *Rechtslehre*. 1998, §61, A 227, 228, p. 474.

serem esclarecidos, de maneira que se possa chegar a um conhecimento completo da filosofia política kantiana e todas as suas implicações práticas.

Mas cabe ressaltar novamente, em relação à legislação que surge do contexto da fundamentação do Direito, que aquela diz respeito a uma “legislação universal externa”. No âmbito político, há sempre a possibilidade de que arbítrios entrem em conflito, em decorrência da possível licenciosidade do uso da liberdade de algum indivíduo. Neste caso, é necessário que uma lei externa ao próprio indivíduo possa mesmo coagir aquele, no momento em que agindo injustamente, estará impedindo a compatibilidade da coexistência entre liberdades sob leis universais. Para um Estado republicano, este deve ser o fundamento, a saber, um direito que fomenta a manifestação plena e autônoma da liberdade dos arbítrios de cada um dentro de um Estado, e aqui, cabe ao Direito expor, mediante sua lei específica aquilo que é o justo (*Recht*).

Faz-se necessário também, mencionar que o “*contractus originarius*” de Kant é necessário. Não figura como um mero instrumento sob o qual o homem assenta mera esperança na proteção de sua liberdade e bens, antes promove um “Estado republicano” que por sua vez, consiste, por excelência, no único lugar onde poderá ser compatível a coexistência de arbítrios sob leis universais, em decorrência de este estar fundamentado no puro conceito do direito. Ademais, a continuidade e constância na busca deste ideal moral culminariam na possibilidade da realização do “sumo bem político”, a saber, a “Paz Perpétua” entre os Estados.

Em relação aos opúsculos kantianos, paralelamente ao núcleo rigoroso da fundamentação ética, estes parecem assumir o papel de catalisadores entre o pensamento ético e o pensamento jurídico de Kant. E porque não dizer, tais escritos propiciam uma preparação, bem como esboçam a real coerência da necessária passagem de uma esfera de fundamentação ética interna para uma esfera política externa, onde este mesmo indivíduo encontra-se inserido.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FERRAZ, Carlos A. *Do juízo teleológico como propedêutica à teologia moral em Kant*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.
- HEGEL, Georg W. F. *Princípios da filosofia do direito*. Lisboa: Martins Fontes, 1976.
- _____. *Enciclopédia das ciências filosóficas em epítome*. Lisboa: Edições 70, 1988.
- HOBBS, Thomas. *Leviatã*. São Paulo: Nova Cultural, 1997.

_____. *Do cidadão*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

KANT, Immanuel. *Werke in sechs Bänden*. Hrsg. von Wilhelm Weischedel. Darmstadt: Wissenschaftliche Buchgesellschaft, 1998.

_____. *Kants Hauptwerke* (Electronic Edition). Karsten Worm, 1998.

_____. *Antropologia en sentido pragmático*. Madrid: Alianza Editorial, 2004.

_____. *A paz perpétua e outros opúsculos*. Lisboa: Edições 70, 1995.

_____. *Crítica da razão prática*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *Crítica da faculdade do juízo*. Rio de Janeiro; Forense Universitária, 1995.

_____. *Fundamentação da metafísica dos costumes*. Lisboa: Edições 70, 1997.

_____. *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten*. Stuttgart: Phillip Reclam, 2000.

_____. *Idéia de uma história universal de um ponto de vista cosmopolita*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

_____. *La metafísica de las costumbres*. Madrid: Tecnos, 1994.

_____. *Princípios metafísicos da doutrina do direito*. trad. Joãozinho Beckenkamp. (No prelo).

KERSTING, Wolfgang. *Política, liberdade e ordem: a filosofia política de Kant*. In GUYER, Paul. (Org.). *Kant*. (Companions & Companions). São Paulo: Idéias e letras, 2009, p. 409-437.

WOOD, Allen W. *Kant*. Porto Alegre: Artmed, 2008.